



ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - COMITÊ DE ÉTICA E INTEGRIDADE TRT-6

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	4ª Reunião do Comitê de Ética e Integridade em 2024
Data	01/10/2024
Horário (início/término)	13h30 - 15h00
Local	Sala de reuniões da Presidência

2. PAUTA

ID	Descrição do item
01/2024	Alinhamento das respostas dadas ao Roteiro de Atuação do e-Prevenção
02/2024	Política de Combate à Fraude e Corrupção
03/2024	Segundo ciclo da Pesquisa da Percepção sobre Integridade com inclusão da pergunta <i>se o magistrado(a) ou servidor(a) já realizou alguma capacitação/curso que INCLUA a temática INTEGRIDADE</i>
04/2024	Revisão do Planejamento Estratégico da JT - CSJT criou o indicador IINT (Índice de Integridade) que prevê a necessidade de capacitação de fornecedores.

3. PARTICIPANTES

Nome		Lotação
1	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	Presidência
2	Patrícia de Cássia Leite do Amaral	Ouvidoria
3	Rafaela Simões Fernandes Duque	Diretoria-Geral
4	Luciana von Söhsten	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
5	Alexsandra Monteiro da Silva	Coordenadoria de Integridade, Processos e Iniciativas Nacionais(CIPIN)

6	Camila Villa-Chan Pereira Charifker	Divisão de Governança em Pessoas
7	Izabela Luquet Lins e Silva Guimarães	Presidência
8	Joanna Gomes Monteiro de Moraes Casanova	Secretaria Geral Judiciária
9	João Adriano Pinheiro de Sousa	Coordenadoria de Governança e Contratações e Obras
10	Kátia do Rego Barros	Escola Judicial

4. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Nome		Lotação
1	Matheus Ribeiro Rezende	7ª Vara do Trabalho do Recife
2	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	8ª Vara do Trabalho do Recife
3	Roberto Victor Leal de Souza	Seção de Saúde Mental

5. CONVIDADOS

Nome Cargo		Lotação
1	Maria Eduarda Vaz de Oliveira Correa Lima	Coordenadoria de Comunicação Social

6. DESENVOLVIMENTO

Às 13h30, a magistrada e coordenadora do Comitê - Adriana Satou Pinheiro - abriu a reunião extraordinária do Comitê de Ética e Integridade e passou a palavra à Alexsandra.

Item:	Alinhamento das respostas dadas ao Roteiro de Atuação do e-Prevenção	ID	01/2024
Alexsandra apresentou a planilha referente ao questionário de atualização do Sistema e-Prevenção - já previamente respondida pela CIPIN em alinhamento com as unidades demandadas e com os integrantes do Comitê que receberam a planilha em 24/09. Alexsandra informou que os quesitos que o Tribunal atualmente não atende são itens que ainda demandam análise mais acurada com a realidade da estrutura da instituição ou			

criação de novos normativos. Esses itens que o Tribunal não atendeu ou que ainda não elaborou cronograma para o desenvolvimento foram os relacionados à política de fraude e corrupção, ilícitos cíveis e penais e controles de variação patrimonial de seu corpo funcional.

Para a questão de variação patrimonial, foi debatida a necessidade de um sistema próprio para identificar essas situações. Foi dado como exemplo o projeto para inclusão no Sistema de Interoperacionalidade Financeira (SIF) para emissão de alvarás judiciais de alertas para o caso de alterações no procedimento padrão de expedição de alvarás.

Sobre os ilícitos cíveis e penais debateu-se sobre a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre como poderia ser feito para a realidade do Tribunal.

Deliberação:

- Alessandra fará a inclusão no Proad 21314/2024 as respostas dadas pelo Tribunal ao e-prevenção, bem como a indicação de Roteiro de atuação para que os integrantes do Comitê tomem ciência e assinem os documentos.

Item:	Política de Combate à Fraude e Corrupção	ID	02/2024
Dra Adriana informou que a administração do Tribunal considerou mais adequado a criação da política de combate à fraude e corrupção apartada e complementar da política de integridade. Dra Adriana ainda solicitou a Rafaela - assessora da Diretoria-Geral - que inicie a análise de normativos em outros tribunais para verificar o que pode ser aplicado no TRT-6 para a Diretoria-Geral apresentar uma proposta de política de combate à fraude e corrupção à presidência ainda esse ano. Alessandra apresentou ainda o Roteiro de Atuação para a implantação das práticas de integridade indicados pelo sistema e-prevenção. Camila informou ao Comitê que ela e Henrique Lins - diretor de Gestão de Pessoas - entendem que muitas das atividades críticas se confundem com as atividades que são renovadas ou ratificadas na mudança da gestão administrativa - ou seja, a cada dois anos.			
Deliberação: • A Diretoria-Geral apresentará minuta de Política de Combate à Fraude e Corrupção até a segunda quinzena de novembro para que a presidência possa analisar e incluir, se for o caso, na pauta da sessão do Tribunal Pleno ainda em dezembro. • A deliberação do Comitê para essa minuta a ser apresentada pode ser por meio de documento online aberto para comentários.			

Item:	Segundo Ciclo da Pesquisa da Percepção sobre Integridade	ID	03/2024
O Comitê debateu acerca da necessidade repetir o questionário de percepção sobre a integridade no âmbito do TRT-6, e Alexsandra informou que revisou o primeiro questionário e considerou repeti-lo para verificar a evolução do conhecimento sobre integridade no Tribunal. Dra Adriana mencionou a ideia que Luciana deu em incluir no final a pergunta sobre quais cursos que o(a) respondente realizou na temática de integridade, inclusive porque a presidência do Tribunal expediu um ofício para que os(as) gestores das unidades fizessem e estimulassem suas equipes a fazerem algum curso da trilha de integridade disponibilizada pela parceria com o ENAP. Kátia registrou a importância dessa informação, uma vez que a Escola Judicial precisa fazer o levantamento de necessidades de treinamento nessa temática. Joanna questionou se com esse questionamento sobre que cursos realizou, se ainda seria necessário a manutenção da pergunta <i>"17 -Você acha necessário algum treinamento que aborde temas relativos a aspectos de integridade e ética?"</i>. Contudo a manutenção da pergunta permanece importante, justamente para auxiliar a mensuração da efetividade da realização de cursos. O 2º Ciclo da Pesquisa de Percepção da Integridade será divulgado pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) a partir do mês de novembro, por meio de e-mail institucional e intranet. Antes do 2º Ciclo da Pesquisa será necessário retomar a campanha sobre a Integridade no TRT-6, que foi realizada em 2023. Foi solicitado à CCS a possibilidade de utilizar os cards para a divulgação nas áreas de trabalho dos equipamentos do Tribunal. Maria Eduarda informou que essa utilização já está autorizada, contudo alertou sobre a necessidade de uma utilização com cautela para evitar a sobrecarga de informações que as pessoas recebem. Recomendou também que seja utilizada apenas imagem, e não textos. A imagem utilizada que passará a mensagem. O Comitê também tratou da possibilidade de ser firmada parcerias com OAB, AATP, AMATRA para divulgação da campanha de integridade do Tribunal com a finalidade de ampliar o alcance para os usuários externos dos serviços do Tribunal. Um dos meios para divulgação para os advogados poderia ser o quadro de avisos do PJe. Dra Adriana irá conversar com Christiane Purificação para alinhar com ela os tipos de utilização que pode ser dada ao quadro de aviso, se os acessos do quadro de aviso são iguais ou diferentes para os advogados e o público interno.			
Deliberação:			

- Aplicação 2º Ciclo da Pesquisa de Percepção da Integridade - iniciando em novembro, permanecendo até o final de dezembro. O questionário será o mesmo do 1º ciclo com o acréscimo da pergunta sobre cursos realizados na temática.
- Utilização da área de trabalho como meio de divulgação da campanha da Integridade.

Item:	Revisão do Planejamento Estratégico da JT - CSJT criou o indicador IINT (Índice de Integridade) que prevê a necessidade de capacitação de fornecedores.	ID	04/2024
Alexsandra mencionou a recente revisão do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho publicada e com isso, um novo indicador de - Índice de Integridade (IINT) e já está sendo medido a partir de 2024. Informou ainda que um grande desafio para o atendimento a esse indicador é a questão da previsão de necessidade de capacitação de fornecedores - lembrou que o TCU também cobra esse tema no e-Prevenção. Dra Adriana informou que já há a divulgação por e-mail sobre o código de ética e da política de integridade para os fornecedores do Tribunal. A divulgação iniciou esse ano. Em relação à capacitação, Kátia informou que após que os cursos online da EJud estiverem disponibilizados na "nuvem" poderá haver a seleção de alguns para direcionar aos fornecedores, contudo, atualmente não é possível. Kátia questionou ainda acerca do orçamento da EJud, considerando que nas suas atribuições estão capacitação de magistrados(as) e de servidores(as), e que não saberia como enquadrar no orçamento a criação de cursos voltados para terceiros (fornecedores).			

7. PRÓXIMA REUNIÃO

Local	Data	Horário
a definir	a definir	-

8. ASSINATURA DOS PRESENTES QUE APROVAM A RESPECTIVA ATA

	Nome Cargo	Assinatura
1	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	<i>Assinado eletronicamente</i>
2	Alexsandra Monteiro da Silva	<i>Assinado eletronicamente</i>
3	Camila Villa-Chan Pereira Charifker	<i>Assinado eletronicamente</i>
4	Izabela Luquet Lins e Silva Guimarães	<i>Assinado eletronicamente</i>

5	Joanna Gomes Monteiro de Moraes Casanova	<i>Assinado eletronicamente</i>
6	João Adriano Pinheiro de Sousa	<i>Assinado eletronicamente</i>
7	Patrícia de Cássia Leite do Amaral	<i>Assinado eletronicamente</i>
8	Luciana von Söhsten	<i>Assinado eletronicamente</i>
9	Rafaela Simões Fernandes Duque	<i>Assinado eletronicamente</i>